

Poder Popular

Director: Fernando Ribeiro Mendes

Órgão do Movimento de Esquerda Socialista

Ano I N.º 19 (Nova Série) 25/1 Dezembro de 1975 Preço 4\$00

Chegou a hora de os trabalhadores afirmarem o seu poder!

— comunicado conjunto do M.E.S. e do P.R.P.

É chegada a hora de, definitivamente, darmos uma lição à burguesia

A vontade dos trabalhadores está mais do que afirmada

Chegou a hora de afirmarem o seu poder

As direcções do P R P e do M E S reunidas para fazerem o balanço das acções de massas levadas a cabo durante o dia de segunda-feira tomaram conhecimento das acções desencadeadas pela direita, perante as quais entendem tomar posição

Os plenários realizados hoje em dezenas de empresas da zona industrial de Lisboa e Setúbal mostraram bem a determinação da classe operária. Estes plenários, com a presença de oficiais revolucionários, aprovaram o manifesto dirigido por estes aos soldados, aos marinheiros, à classe operária e ao povo trabalhador, e aprovaram moções de conteúdo revolucionário em relação à organização e ao armamento dos trabalhadores

Entretanto a coberto das medidas reacçãoárias do Poder, a coberto do espernear desesperado da social-democracia, a besta fascista entrou na última fase da sua acção golpista. Tirar o general Otelo da Região Militar de Lisboa e pôr lá o Vasco Lourenço é uma medida essencial para a direita tentar neutralizar uma parte importante da força militar que está ao serviço dos trabalhadores

Camaradas, não podemos permitir que o Vasco

Lourenço ponha o pé no Quartel-General da Região Militar de Lisboa

As barricadas reacçãoárias e fascistas montadas nas zonas de Rio Maior, Caldas da Rainha, Bombarral, Torres Vedras e Carregado são a cortina de fumo para cobrir a camarilha militar-fascista, cujo destacado membro Jaime Neves já esta noite andou a pavonear provocatoriamente as suas «Chaimites»

Mas perante este ataque da burguesia, a classe operária, os camponeses, os soldados e os marinheiros responderão com a violência necessária para pôr cobro às acções fascistas e para avançarem na tomada do Poder. Com eles estarão os militantes revolucionários e os oficiais revolucionários, organizados na defesa dos mesmos objectivos

Operários e camponeses acorram em massa aos locais de trabalho e mantenham-se organizados e disponíveis para as movimentações necessárias

O povo trabalhador deverá estar preparado para tomar nas suas mãos os órgãos fundamentais em cada local

Abaixo o VI Governo

Abaixo o conselho da contra-revolução

Em frente pelo Governo de unidade revolucionária

Viva o poder popular armado

Viva a revolução socialista

Venceremos



TORRÃO

um caso de justiça popular

RALIS

Juramento de bandeira



«Nós, soldados, juramos ser fiéis à Pátria e lutar pela sua liberdade e independência. Juramos estar sempre, sempre ao lado do povo, ao serviço da classe operária, dos camponeses e do povo trabalhador. Juramos lutar com todas as nossas capacidades, com voluntária aceitação da disciplina revolucionária, contra o fascismo, contra o imperialismo, pela democracia e poder para o povo, pela vitória da revolução socialista»

Perante o aparecimento, em 13 de Dezembro de 1969, do corpo de Francisco José Duarte, trabalhador rural, encontrado morto num poço, todo o povo de Torrão teve fortes suspeitas de que o Chico Duarte tivesse sido morto à pancada pelo cabo da GNR conhecido pelo «Amiguinho» e atirado depois para o poço.

O cadáver foi examinado pelo dr. Amaral, delegado de saúde de Alcácer do Sal e conhecido «ANP» da região.

Mesmo encontrando escoriações frontais e noutras partes do corpo e ausência de água nos pulmões... acabou por passar a certidão de óbito como afogamento...

O povo de Torrão custou-lhe a «engolir» a história que a GNR lhes queria impingir... mas o fascismo, a repressão e certamente as dificuldades económicas da família pobre..., deixaram no vazio, durante estes anos, este caso sombrio.

Mas agora o povo organizou-se, e exigiu uma verdadeira justiça, uma justiça popular sobre a morte do seu camarada.

Sábado à tarde, vieram as comissões de moradores (Bairro do Foguetreiro, b.º S. João, b.º Laranjeiro, Monte Belo de Setúbal, da Aldeia de Casabres) as comissões de trabalhadores (Orbisado,

Belos de Alcácer) e das cooperativas (11 de Março, Vitória do Sado, Quinta de Cima e Casabres), vieram os trabalhadores rurais da região, participar na 1.ª sessão do julgamento popular.

Num ambiente de autêntico poder popular, de participação activa de todos os trabalhadores presentes, foi criada uma comissão de inquérito e, um a um, vieram prestar declarações os que tinham vivido o caso do Xico Duarte.

Veio o coveiro, que acarinhou o morto no cemitério, declarando que só dois dias depois o delegado do ministério

público, assim como o dr. Amaral, tinha vindo examinar o corpo.

Depois veio a família, as companheiras de trabalho... todas gritando a sua suspeita, o seu desejo de justiça, face àquela morte de um dos seus camaradas, não hesitando um segundo em ultrapassar a justiça dos patrões, do «direito» da burguesia.

O julgamento popular do Torrão vai continuar! Para já uma coisa ficou bem clara — também neste terreno de luta — da justiça e do direito, um novo poder começa a brotar opondo à opressão da burguesia a iniciativa organizada das massas populares.

operários com o manifesto



Para ontem segunda-feira, o Secretariado Provisório das CTs da Cintura Industrial de Lisboa convocou uma greve de 2 horas, das 16 às 18.

Este apelo encontrou resposta maciça nas principais empresas da zona. Os operários aproveitaram a paragem para realizar Plenários onde a situação política foi discutida assim como o manifesto dos oficiais revolucionários, que foi aprovado em muitas empresas. Vários dos oficiais signatários, bem como sargentos e soldados, deslocaram-se às fábricas, tendo participado nas discussões.

Algumas fábricas onde o documento foi aprovado:

Lisnave (presente o cap. Luz), Eurofil (Barbosa Pereira), Lusalite (major Borrega), Baptista Russo (cap. Loureiro), SIPE (cap. Clemente), Setenave (major Tomé), Sorefame (ten. Beato) e ainda nas empresas JB. Cardoso, Construções Tunicas (sede), Tabaqueira, Manuel Lopes Henriques, JF. Azevedo e Silva, Secil, Anuário Comercial e pelos 150 trabalhadores que paralisaram na Automática Eléctrica Portuguesa.

O PODER REVOLUCIONÁRIO DE TRANSIÇÃO

NATUREZA DO PODER REVOLUCIONÁRIO

1. O poder que resultará do triunfo da ofensiva popular sobre as forças burguesas não poderá ter ainda a natureza de um poder operário e popular porque o estado de organização das forças populares não é ainda nem terá condições para ser suficientemente avançado para dar origem a tal poder.

2. O poder revolucionário terá que revestir, no entanto, um carácter de classe bem definido, nunca podendo representar a conciliação de interesses de classe em contradição antagónica traduzida num mero ajustamento das posições no aparelho político e militar que se limitasse a garantir um avanço das forças políticas de esquerda. Esta questão é das que mais claramente demarca o projecto revolucionário do projecto reformista.



3. A constituição do poder revolucionário marcará o fim da fase «democrática» do processo revolucionário e representará o começo da Revolução socialista.

4. O carácter de classe do poder revolucionário ser-lhe-á conferido não só pelo programa em que assente como também, e principalmente, pela forma como vier a ser estruturado.

5. O objectivo central do poder revolucionário será criar condições para o exercício do poder por

parte dos trabalhadores dirigidos pela classe operária, o que implica:

A) destruição do velho aparelho de Estado burguês;

B) criação de condições para o exercício do poder, a nível local, pelas assembleias do poder popular;

C) formação da Assembleia Popular Nacional como órgão máximo do poder popular e expressão a nível nacional do poder dos trabalhadores.

Continuamos a publicação de algumas teses que integram um documento de conclusões dos trabalhos da 5.ª Assembleia Nacional de Militantes do MES de 1 e 2 de Novembro. Integrandose no debate preparatório do II Congresso da nossa organização, oferecem essas conclusões material de estudo fundamental para o nosso trabalho militante.

6. A convocação da Assembleia Popular Nacional em prazo bem definido, sintetiza as características e natureza do poder revolucionário.

A ESTRUTURA DO PODER REVOLUCIONÁRIO

O poder revolucionário, como poder de transição para o poder operário e popular, terá que ser estruturado de forma a:

A) garantir que os seus órgãos centrais sejam compostos pelas forças (políticas, populares e militares) que:

— hajam constituído o suporte da ofensiva popular;

— exprimam os interesses das classes trabalhadoras e assegurem a hegemonia dos interesses do proletariado;

B) constituir uma primeira e irreversível transformação qualitativa do aparelho de Estado burguês.

PROGRAMA DO PODER REVOLUCIONÁRIO

1. Os objectivos centrais que o poder revolucionário terá de inscrever no seu programa são os seguintes:

A) reforço, generalização e coordenação dos órgãos de poder popular, com vista à convocação da Assembleia Popular Nacional;

B) desenvolvimento do controle operário sobre a produção e do controle do povo trabalhador sobre toda a economia;

C) aprofundamento da Reforma Agrária e sua extensão a todo o País;

D) libertar o País da asfixiante dependência face ao imperialismo, através da adopção de uma política coerente e efectiva de independência nacional;

E) criar Tribunais Populares como órgãos de exercício da justiça popular sobre os fascistas e todos os contra-revolucionários;

F) constituir o Exército Popular Revolucionário como braço armado do poder revolucionário capaz de actuar contra as manobras contra-revolucionárias e uma eventual intervenção das forças imperialistas no nosso País;

G) combater inflexivelmente a ideologia e o modo de vida herdados da burguesia através da Revolução cultural;

H) adoptar medidas que permitam a rápida satisfação das necessidades mais imediatas do povo trabalhador.

2. Cada um dos objectivos centrais referidos exige a adopção de um conjunto de medidas imediatas ou a muito curto prazo. Na verdade, perante a gravidade dos problemas que se deparam ao povo trabalhador e face ao cerco imperialista ao nosso País, que inevitavelmente se reforçará após a tomada do poder e poderá ser dobrado de uma intervenção armada, o novo poder terá que actuar com rapidez e sem hesitações. Qualquer compasso de espera representaria certamente impossibilitar o exercício do poder e levaria à queda do poder revolucionário.

ASSINATURA

Poder Popular

6 meses 100\$00

12 meses 200\$00

apoio 400\$00

estrangeiro Europa 500\$00

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Profissão _____

ENVIO CHEQUE N.º _____

BANCO _____

ENVIO VALE DE CORREIO N.º _____

JORNAL SEMANAL _____ todas as 3.ªs-feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção
Av. D. Carlos I - 128, Lisboa
telefone 66 26 83

Composição e Impressão
Renascença Gráfica SARL
Rua Luz Soriano, 44 Lisboa

RÁDIO RENASCENÇA

sessões de esclarecimento sobre a sua luta.

Nestas sessões, os trabalhadores da R.R. debatem com os trabalhadores presentes a situação actual da sua luta, inserta na actual fase da luta de classes em Portugal e nas perspectivas de avanço do movimento popular de massas no caminho da tomada do Poder. **A luta dos trabalhadores da R.R. não é, de facto, um processo isolado, como a burguesia no Poder quer fazer crer para melhor a poder reprimir; trata-se, pelo contrário, de uma parcela de uma luta mais geral, que é a de todos os explorados e oprimidos pela sua emancipação.** Os laços que unem as classes exploradas aos trabalhadores da Rádio Renascença não são de hoje nem de ontem, e muito menos circunstanciais. Com efeito, desde o início da sua luta em 30 de Abril de 74, que os trabalhadores daquela emissora têm tido na solidariedade dos demais explorados o seu principal apoio a sua principal razão de seguir em frente, apoiando-se para ir alargando gradualmente a partir da greve iniciada em Fevereiro e posteriormente com a ocupação das instala-

ções em fins de Maio (levada a cabo por todos os trabalhadores verdadeiramente empenhados na luta, e não por três ou quatro, como pretendem os bispos reaccionários ou o sr. Vasco Lourenço, em recente entrevista).

As bombas com que o chamado Conselho da Revolução destruiu os emissores da Buraca antes vieram dar mais força e vontade

de vencer aos trabalhadores da R.R., que em conjunto com as comissões de moradores, de trabalhadores e soldados, erguerão a «Cooperativa Popular de Informação — R.R.», por uma informação revolucionária ao serviço dos explorados e oprimidos.

A Pró-Frente dos Artistas Populares e Intelectuais Revolucionários colocou-se à disposição de todos os órgãos de poder popular para quaisquer actuações, tendo vindo a acompanhar regularmente as sessões que se têm realizado.

Todas as organizações populares, de trabalhadores ou moradores, que desejem a comparência de artistas da Pró-Frente em sessões que levem a efeito devem contactar a Rádio Renascença ou a «Comuna» — telef. 76 26 24.

Por outro lado, e por iniciativa da classe operária e do povo trabalhador em geral está em marcha a campanha do dia de salário com o objectivo de comprar novos emissores que substituam aqueles que o «C.R.» destruiu à bomba.

RÁDIO RENASCENÇA ATÉ À VITÓRIA FINAL!



Está em pé a campanha «R.R. — Até à vitória final» que colocará de novo a Rádio Renascença a funcionar.

A campanha, em pleno desenvolvimento, é promovida pelas comissões de moradores, trabalhadores e soldados que compõem a «Cooperativa Popular de Informação — R.R.», revestindo-se de diversos aspectos e tendo como objectivo

final repor no ar uma estação declaradamente ao serviço da classe operária, dos camponeses e de todos os trabalhadores fardados e não fardados.

Os trabalhadores da R.R. têm-se deslocado aos bairros e locais de trabalho, sempre que para isso têm sido solicitados pelas comissões de moradores e trabalhadores, a fim de participarem em plenários e

Entretanto, aqui ficam as sessões político-cultural; datas e locais das próximas sessões, inseridas na campanha, em que irão participar trabalhadores da R.R.:

— dia 27, 5.ª-feira, 15 horas, no Liceu Gil Vicente; sessão político-cultural.

— dia 28, 6.ª-feira, 15 horas, no Liceu Gil Vicente; sessão político-cultural.

— dia 29, sábado, 21.30, no Incrível Almadense; sessão político-cultural.

“COMÉRCIO DO PORTO” o mesmo papel que “El Mercurio” no Chile

«A Pátria é coisa sagrada, una e indivisa. A Pátria não tem preço nem se vende. O portuguêsismo, por sua vez, é um bem precioso e inestimável que nos foi legado pelos nossos maiores. É um dote de mais de oito séculos de História que jamais poderá ser desvirtuado, quaisquer que sejam as novas pressões e imposições da estranha nesse sentido.»

Reedição das palavras do ditador Salazar a propósito das guerras coloniais?

Nada disso. O senhor Aníbal Pacheco em O Comércio do Porto do 21 deste mês.

«Soldados que juraram bandeira e, conseqüentemente, assumiram responsabilidades inalienáveis para com a Pátria e os seus superiores hierárquicos, são hoje a vergonha deste País pela maneira indecorosa e desprezível como se conduzem na sociedade! É ver como andam vestidos e calçados e guedelhudos.»

O mesmo escriba, no mesmo artigo, no mesmo jornal. O artigo, intitula-se A nacionalidade adquire-se mas a Pátria não se vende... e ainda dizia: «... no meio de tudo isto, é que a todos os níveis a Pátria está ameaçada e cor-

re sério perigo se, entretanto, não surgir um «Decepado» qualquer, providencial, que faça uma chamada geral ao patriotismo e ao bom senso de todos os militares e não só.»

Apenas uma dúvida: este robusto talento em vez de um Decepado não preferirá um Monóculo?

Continuemos com o fascismo:

«Eu, que cheguei a considerar-me um utópico idealista, para não dizer lunático, acabei por me convencer que todas estas coisas fazem parte dos processos revolucionários, tanto mais que, em Cuba, um «país socialista de amplas liberdades», existem neste momento cerca de trinta mil presos políticos, mau grado a revolução de Fidel tenha sido iniciada há quase dezasseis anos!...»

Algum instrutor da Mocidade Portuguesa advertindo os meninos para os perigos do comunismo?

Não, nada disso. O senhor Manuel Teixeira em O Comércio do Porto do dia 20.

Mais fascismo: «Na luta inglória e calculista contra as maiorias conscientes deste nosso País, não poderão, nunca, vencer os loucos e, muito menos, os oportunistas, pescadores de águas tur-

vas» que pelo Mundo têm deixado o rasto hediondo da violência alucinada, em nome de utopias que são, apenas, pretextos mal escondidos para acções de ódio primário, aberrantemente inserido num contexto de civilização e progresso.»

Homilia de algum cura de aldeia fiel serventuário do bispo de Braga?

Erro. É o senhor A. Barrote quem assim escreve. Onde? No «Comércio do Porto», dia 23.

«Pensem o que acontecerá se o Norte disser um vigoroso NÃO às humilhações, aos insultos, à incompetência, ao oportunismo, aos traidores. Pensem...»

E a terrível ameaça, donde vem? Do senhor Fernando Barradas, em «O Comércio do Porto», dia 23, que aproveita a oportunidade para no mesmo artigo-lho vir explicar que a Reforma Agrária é o direito de assaltar propriedades e casas, e a roubar carros, alfaias agrícolas, animais, etc.

Estes artigos são naturalmente acidentais e não reflectem o jornal, não é verdade? Até porque se fossem intencionais já o ministro Almeida Santos tinha providenciado, ele que é independente de esquerda

antifascista...

Engano. Esta amostra não dá uma pálida ideia do que é «O Comércio do Porto». Comparado ao chileno «El Mercurio», pedra fundamental do derrube do regime de Allende, ultrapassa-o de largo. Paginação e manchetes delirantes, técnicas de persuasão da opinião pública grosseiras mas eficazes, anticomunismo feroz e primário, cretinismo ideológico, apelos à guerra civil, está lá tudo. O «Mein Kampf» bíblia do fascismo escrita por Hitler à escala da mediocridade dos seus escribas.

A terminar: «Aproveito... para saudar a Imprensa do Porto em particular, porque na vossa imprensa existe um cuidado de pluralismo, de objectividade que infelizmente não existe na maioria da Imprensa de Lisboa (...). Os vossos jornais são disputados avidamente no Sul do País. Justamente esse é o prémio do vosso esforço em favor da objectividade e do pluralismo.»

Quem? Alpoim Calvão em entrevista ao «Comércio do Porto»?

Azar, não! Mário Soares em entrevista a «O Comércio do Porto», dia 16. A apologia do Alpoim e do M. D. L. P. não foi neste dia...



Aquilo que nos une, a nós trabalhadores, é o sermos todos explorados — aquilo que nos divide, são as ideias falsas que lançam os exploradores para nos dividir e enfraquecer.

O QUE SOMOS NÓS

Nós os TUV somos um movimento unitário de trabalhadores.

Nós queremos ter, acima de tudo, uma função que é a de unir aqueles que querem avançar, **pertemam eles a partidos ou não.**

Nós, nos nossos locais de trabalho, vemos que existe divisão entre os nossos camaradas. Esta divisão existe, porque existem ideias falsas que nos dividem.

Aquilo que nos une, a nós trabalhadores, é o sermos todos explorados — aquilo que nos divide, são as ideias falsas que lançam os exploradores para nos dividir e enfraquecer.

Nós, os TUV, somos um movimento unitário e apartidário, que luta para uma correcta acção e coordenação das comissões de trabalhadores.



A SITUAÇÃO QUE VIVEMOS

Estamos a viver no nosso país uma situação de crise. O Governo do almirante Azevedo, o Conselho da Revolução dos Nove, defendem os nossos exploradores e atacam as nossas conquistas, dizem que as massas trabalhadoras são minorias e mandam a merda os operários.

Mas nós trabalhadores, sabemos que essas palavras e actos escondem o medo do almirante e do seu Governo; nós trabalhadores sabemos que sempre que saímos à rua o Governo treme e os capitalistas mostram a sua fraqueza.

Se o inimigo demonstra fraqueza, nós não devemos dar tréguas, devemos avançar, avançar sempre para a frente.

Se deixarmos a revolução a meio, perdemos a revolução!

O futuro do nosso país será ou o poder popular ou o poder dos reaccionários. Só nós, operários à frente de todo o povo e em aliança com os nossos irmãos soldados e marinheiros, poderemos dirigir a revolução até à vitória. Por isso devemos traçar o nosso programa e a nossa organização para podermos vencer.

O NOSSO PROGRAMA

1 Lutar para pôr a produção ao serviço do povo trabalhador

A produção só poderá servir os interesses do povo e não os interesses do lucro, quando forem os trabalhadores a governar e dirigir.

No entanto, esta luta de consciencialização e organização prepara-se desde já. **Assim, apontamos alguns dos objectivos fundamentais de luta nas fábricas:**

— Pelo avanço das reivindicações, no combate aos privilégios e na luta pela igualdade de condições de trabalho e remuneração;

TUV: a unidade revolucionária

— Pelo reforço do poder operário nas fábricas, pelo combate à disciplina reaccionária dos patrões e pelo avanço dos saneamentos;

— Pelo reforço do controlo operário sobre a produção, a todos os níveis, desde a empresa ao ramo de produção.

2 Lutar por uma informação ao serviço do povo trabalhador

Esta luta é para que a Informação se dirija para os problemas e lutas das massas e deixe de se preocupar com as politiquices e mexericos dos burgueses.

Como objectivos imediatos podemos apontar: a luta pela abertura da Rádio Renascença, a criação de uma Imprensa verdadeiramente operária e a luta pelo controlo operário sobre os grandes meios de informação: Rádio, TV e jornais.

3 Não podemos esperar que apareça um novo MFA temos que lutar por um exército popular

Para garantir que as armas estejam sempre ao lado do povo, temos que lutar por um exército popular no qual o povo seja soldado e o soldado seja povo.

É preciso dizer não ao AMI e dizer não a exércitos profissionais.

É preciso dizer igualmente, que não podemos ficar à espera que apareça um novo MFA, revolucionário. Porque, a partir de agora, a força revolucionária, só poderá assentar em nós trabalhadores e nos nossos irmãos de classe: os soldados e marinheiros.

Quem deve dirigir os soldados é a sua própria vanguarda: os S. U. V. Os oficiais e sargentos progressistas, que quiseram bater-se ao nosso lado, serão benvindos, mas nós não podemos esperar por eles, nem podemos dar-lhes a direcção da luta.

4 Não basta o P.P.D. sair do Governo; é necessário lutar por um Governo revolucionário, por um Governo do poder popular

Derrubar o Governo do almirante Azevedo é tarefa importante para o processo revolucionário poder avançar. Mas nenhum dos nossos problemas será resolvido se substituirmos esse Governo por outro de conciliação de partidos e de interesses de classe. O Governo que poderá fazer avançar a revolução, só poderá ser um Governo revolucionário que assente a sua força na força do poder popular.

5 Dar mais força às comissões de trabalhadores, para dar mais força ao poder popular.

As comissões de trabalhadores são a vanguarda do poder popular, porque são organizações de massas da classe operária.

As comissões de trabalhadores devem ter uma linha firme e combativa e por isso não devem ser compostas por chefes ou lacaios dos patrões.

As comissões de trabalhadores devem ser representativas e funcionar democraticamente, por isso devemos combater o sectarismo partidário.

As comissões de trabalhadores devem coordenar a sua acção, primeiro ao nível de cada uma das regiões, e depois ao nível nacional. Este trabalho tem sido feito muitas vezes de uma maneira incorrecta e sectária. Na zona de Lisboa, temos a criticar o plenário de comissões de trabalhadores que decorreu de forma pouco democrática e representativa. Nessa reunião, assistiram e votaram muitos elementos que não pertenciam a C. de T., dificultou-se a discussão e formou-se um secretariado da zona de Lisboa, sem existir ainda coordenação entre as C. de T. das principais regiões que compõem a zona de Lisboa.

Todo este programa deve assentar na criação de secretariados que coordenem e impulsionem em todas as zonas a acção das comissões de trabalhadores; mas estes secretariados devem ser representativos e funcionar democraticamente.

As comissões de trabalhadores devem ainda reforçar a sua ligação com as comissões de soldados, comissões de moradores e conselhos de aldeia, lutando pela rápida realização de assembleias populares locais.

A ORGANIZAÇÃO DOS TUV

Os TUV nasceram do trabalho de algumas dezenas de camaradas trabalhadores, das principais fábricas de Lisboa. Nós, os trabalhadores que formamos os TUV, demos uma conferência de imprensa e fizemos um manifesto aos trabalhadores e comissões de trabalhadores, que já foi aprovada pelas comissões de trabalhadores das seguintes fábricas: Manuel Lopes Henriques, Lusalite, Fábrica Oriental e Dodge Corticeira.

Nós não somos um movimento de comissões de trabalhadores, como já alguém disse para lançar a confusão. **Somos um movimento unitário de trabalhadores, que está aberto a todos os nossos camaradas que queiram lutar e trabalhar connosco.**

Vamos lutar no sentido de criar em todas as fábricas e empresas núcleos TUV.

— **Formar núcleos TUV é construir nas fábricas a unidade entre os revolucionários.**

— **Formar núcleos TUV é construir nas fábricas um movimento que contribuirá decisivamente, para que as comissões de trabalhadores tenham um papel de vanguarda na ofensiva popular que está em marcha.**

Em frente camaradas, na unidade revolucionária alcançaremos a vitória!

aos soldados e marinheiros, à classe operária e ao povo trabalhador

MANIFESTO apresentado por um grupo de oficiais revolucionários na concentração de Belém

1. O processo iniciado em 25 de Abril de 1974 chegou ao momento da verdade, ao momento do avanço decisivo para o socialismo.

E certo que até agora foram vibrados duros golpes no poder da burguesia e foram dados passos importantes no sentido da organização autónoma da classe operária e do povo trabalhador. As nacionalizações, o começo da reforma agrária, as experiências de controlo operário e o avanço do poder popular constituem as principais conquistas das massas trabalhadoras nesta fase do processo. **Tudo isto, no entanto, não representou a destruição do capitalismo nem a criação do poder dos trabalhadores.**

É assim que a burguesia pode tomar conta do Conselho da Revolução, do VI Governo e do M. F. A.

É assim que assistimos a uma desesperada escalada reacção; às tentativas que o seu VI Governo, os seus partidos e os seus oficiais têm levado a cabo no sentido de esmagar a poderosa ofensiva popular em marcha.

O que a burguesia não pode suportar é a imparável movimentação dos soldados que, organizando-se autonomamente, souberam recusar a hierarquia militarista dos falsos democratas e colocar-se resolutamente do lado do povo trabalhador.

O que a burguesia não pode suportar é a força crescente do poder popular erguido de Norte a Sul do nosso país pelas massas trabalhadoras que souberam recusar a via eleitoralista burguesa, a via das falsas «maiorias» e construir a sua própria democracia, o embrião da democracia revolucionária.

A profunda crise político-militar que estamos a viver veio mostrar que as sucessivas soluções de conciliação de classes mais não fizeram do que abrir o caminho à organização da direita e da reacção capitalista, e que só uma solução revolucionária pode resolver a crise em favor dos interesses das massas e da Revolução Socialista.

2. A partir do momento em que o desenvolvimento do processo português tornou claro o falhanço das sucessivas tentativas da burguesia para recuperar o controlo da sociedade portuguesa através de soluções

conciliatórias, falsamente favoráveis às classes trabalhadoras, tornou-se obsessiva para o poder instituído a construção de um aparelho repressivo capaz de substituir, pela força, a falta de apoio das massas populares.

Tendo ainda falhado nesse objectivo devido à crescente organização e consciencialização do povo trabalhador civil e fardado, recorre agora aquele poder à chantagem e à tentativa de dividir o País em dois, abrindo a porta ao confronto entre trabalhadores, à guerra civil e à intervenção estrangeira. **No seu desespero a burguesia não hesita em criar as condições da destruição da própria pátria e da sua submissão directa às forças imperialistas.**

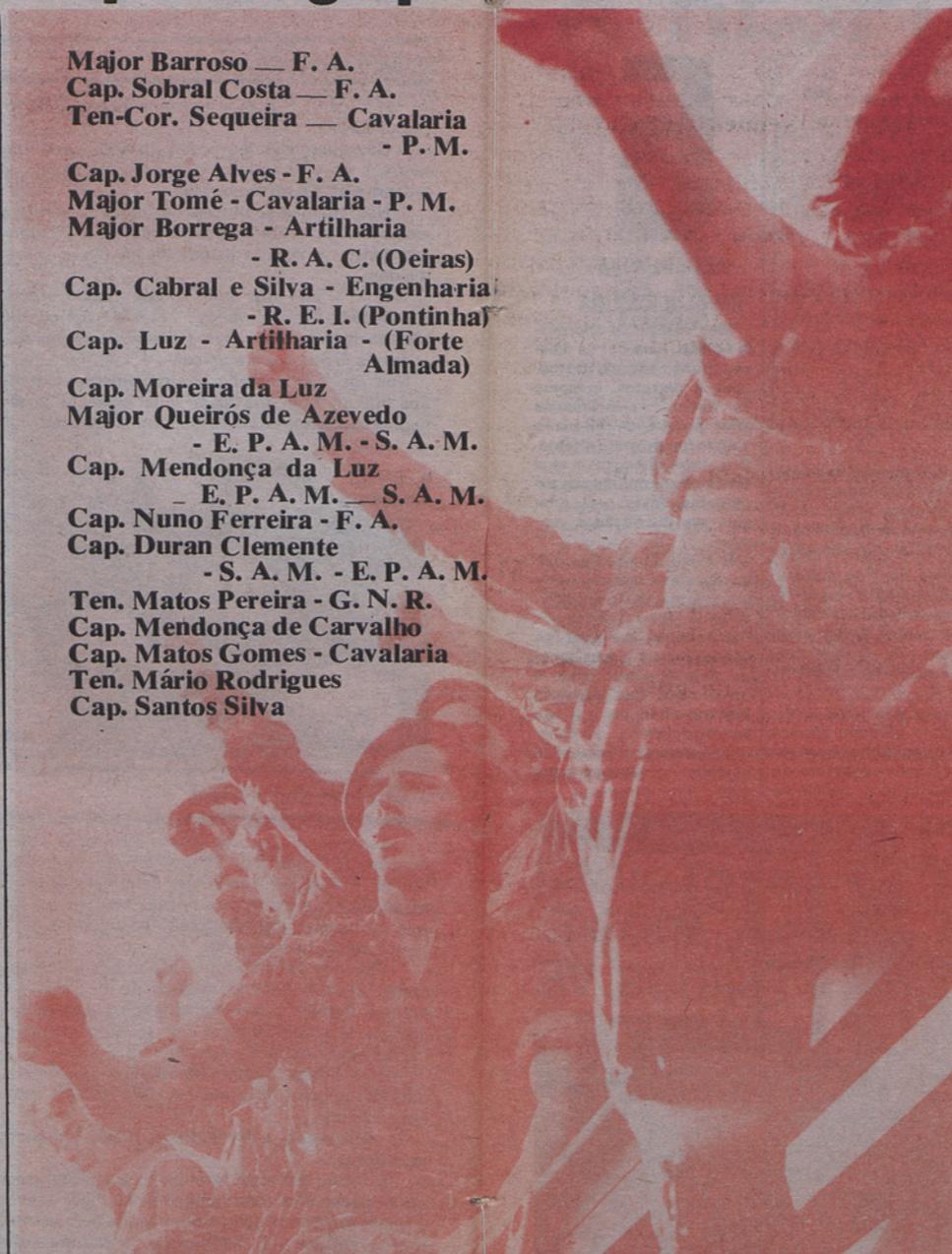
Perante esta situação, **os oficiais signatários**, conscientes de que a sua posição só pode ser ao lado dos trabalhadores, soldados e marinheiros na sua luta pela emancipação, pelo poder popular, pelo socialismo e pela independência nacional, consideram que a única saída para a revolução portuguesa está na constituição de um poder de unidade revolucionária com um programa de acção assumido publicamente perante as massas populares, tendo como objectivo principal a transferência, tão rápida quanto possível, do poder para os trabalhadores organizados numa estrutura que culmine na Assembleia Popular Nacional.

3. A alternativa revolucionária para a crise é a que assenta no papel determinante das massas populares, da classe operária e dos soldados, é a que ultrapassa de vez a direcção conciliadora existente até agora pela afirmação de uma direcção política revolucionária, expressão da capacidade das massas em construir o socialismo, isto é, o seu poder e a sua sociedade, e em construir o braço armado que os levará à vitória final, o **Exército Popular Revolucionário.**

A saída para a crise está pois na construção de um poder revolucionário assente num programa de unidade revolucionária que se baseie nas ideias expressas no documento do COCPON.

A natureza revolucionária do Poder só se demonstra na prática, pelo que tornar a Assembleia Popular Nacional uma realidade, exige:

— Rápido reforço dos órgãos de



poder popular de base já existentes: Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores, Conselhos de Aldeia e Comissões de Soldados e Marinheiros.

— A pronta constituição destes órgãos onde não existem.

— A coordenação dos órgãos de poder popular de base através de Assembleias Locais e Regionais.

Este conjunto de acções terá de ser obra dos próprios trabalhadores, competindo ao poder de Estado abrir espaço para o seu desenvolvimento apoiando inequivocamente os

trabalhadores e proporcionando-lhes as condições necessárias.

Para além disso o Poder só será legitimamente revolucionário desde que assuma o objectivo imediato de colocar a economia ao serviço do povo trabalhador, liquidando o desemprego e a subida do custo de vida, o que exige:

— Criar condições para a construção do controlo operário sobre a produção o que significa que toda a economia (fábricas, oficinas, bancos, comércio, etc.) terá de ser controlada directamente pelos trabalhadores

através dos órgãos de poder popular.

— Criar condições para que a Reforma Agrária seja estendida a todo o País, baseando-se nos seguintes princípios:

a) controlo directo da Reforma Agrária pelos que trabalham a terra através dos órgãos de poder popular, principalmente os Conselhos de Aldeia;

b) expropriação das terras ainda na posse dos latifundiários ou de capitalistas agrários;

c) exploração colectiva das terras expropriadas, sobretudo através de cooperativas agrícolas;

d) respeito absoluto pela propriedade das terras do campesinato pobre e efectivo apoio do Estado aos pequenos e médios agricultores;

e) tomada de medidas que garantam os créditos, as máquinas, os adubos, etc, necessários ao avanço da Reforma Agrária;

f) garantia de compra dos produtos agrícolas aos pequenos e médios agricultores e às explorações agrícolas controladas pelos trabalhadores a preços compensadores e previamente fixados.

— Assegurar a política de independência nacional através de:

a) recusa do alinhamento em qualquer bloco político-militar;

b) construção de uma forte aliança com os países anti-imperialistas;

c) diversificação das relações comerciais externas subordinadas rigorosamente ao princípio da reciprocidade de vantagens;

d) diversificação da produção interna e fomento da produção de bens dos quais dependemos do estrangeiro e que podemos produzir, designadamente os produtos agrícolas.

Perante o Governo e as forças de direita em geral, que recorrem a actos de desespero e pirataria, que podem conduzir o País à guerra civil ou à intervenção estrangeira feita pelo imperialismo, os trabalhadores, os soldados e os militantes revolucionários têm que encontrar o seu próprio caminho para a tomada do Poder.

E esse caminho tem de ser o da organização autónoma dos trabalhadores das fábricas e dos campos para

a construção e o fortalecimento do poder popular.

Mas o poder popular nunca será verdadeiramente poder se não for armado. Os trabalhadores só serão capazes de conquistar o Poder e de o aguentarem nas mãos se estiverem armados, se tiverem a força organizada do seu lado.

É da conjugação dos trabalhadores armados com os soldados que estão nos quartéis, que nascerá o largo movimento e a vanguarda que pode fazer frente à burguesia e ao imperialismo. **Só o armamento dos trabalhadores e a sua organização com os soldados, formando um exército revolucionário, pode impedir a organização da burguesia e o perigo da intervenção estrangeira.**

E neste movimento e nesta vanguarda que tem de basear-se o novo poder revolucionário para executar um programa revolucionário.

Para nós, oficiais que procuramos ser coerentes com um projecto revolucionário, a única garantia de revolução socialista autêntica é a de que efectivamente o Poder estará nas mãos dos trabalhadores e não nas de qualquer partido ou força política.

E da base e para a base dos trabalhadores que o Poder tem de vir e tem que ir.

Para nós, oficiais que procuramos ser coerentes com um projecto revolucionário, a vanguarda está nos trabalhadores e nos soldados. Não admitimos mais golpes de Estado, venham eles de onde vierem, fabricados pelos oficiais nas costas dos trabalhadores.

Não admitimos mais conspirações de gabinete, alheias à organização dos trabalhadores e dos soldados. Não admitimos mais as manobras dos políticos que fazem dos trabalhadores, das suas manifestações e movimentações, a força com que argumentam à mesa das negociações, à mesa dos pactos.

Nós estamos com o Poder Popular Armado, com os soldados, com os militantes revolucionários, até à vitória, até à tomada do Poder.

Viva a revolução socialista.

Viva o poder popular armado. Sargentos e oficiais revolucionários, com os soldados, os operários e os camponeses — unidos venceremos!

O GOVERNO REIVINDICA?

1

A burguesia pôs todas as suas esperanças no VI Governo. Ele representava a tentativa (última?) de fazer do processo revolucionário português um «processo de modernização da exploração capitalista».

E, reconheçam-se as verdades, nunca desde Palma Carlos se voltava a reunir num lote destes. Por isso temos tido toda a direita, fascistas incluídos nas manifestações a Pinheiro, o salvador.

Por isso Soares e Carneiro estão desesperados com a queda do seu Governo agarrando-se às condecorações de Jaime Neves, modelo vivo da sua disciplina e do seu socialismo.

Simplesmente, o almirante deve estar convencido de que não consegue arranjar trabalhadores para reprimir trabalhadores.

— E sem repressão não há capitalismo!

2

GOVERNO EM GREVE

Desesperado por não ser obedecido (só conseguiu destruir a Rádio Renascença) o «Almirante Bombista» suspende a actividade do Governo. Jogada desesperada e... desajeitada! Suspenso está o Governo há muito. Até aqui que tem feito? Dita medidas reaccionárias, que as massas trabalhadoras se encarregam de reduzir a pó! A suspensão de um tal Governo preocupa alguém? Antes pelo contrário!

O Governo entrou em greve! Exige obediência, disciplina e apoio militar. Deseja poder sanear, sem

resistência, quem não lhe agrade; reprimir sem contestação, quem lhe desobedeça; reconstruir, em «paz», «ordem» e «disciplina» o sistema capitalista que a luta dos explorados deste país ameaça destruir.

As massas trabalhadoras é que já estão fartas de «almirantices». Elas sentem que chegou o momento decisivo, em que tudo se perde ou se ganha. Compreenderam já que só na luta construirão uma sociedade nova, onde tanto o trabalho como os seus frutos sejam para todos. É firme a decisão de combater e esmagar a burguesia e seus governantes.

3

RESPOSTA DE MASSA

Foram muitas dezenas de milhares os que se dirigiram a Belém na 5.ª-feira. Iam para exigir a demissão do VI Governo reaccionário. Iam para exigir um Governo, e um programa que permitam resolver as necessidades imediatas, bater a burguesia e avançar para o Socialismo.

De todos os lados afluíam operários, de fato de macaco e capacete, em camionetas ou a pé, formando dezenas de manifestações que engrossavam à medida que se aproximavam de Belém. Às 15 h, a Praça estava cheia. A força e a decisão eram enormes!

4

MANIPULAÇÕES...

A convocatória porém, partira do «Secretariado Provisório das CTs da Cin-

tura Industrial de Lisboa», de acordo com a tática do P.C.P. a que obedece, apenas pretendia mais uma vez mostrar a força da classe operária, para daí tirar frutos à mesa das negociações com a burguesia. Assim o que fez o tal Secretariado?

Com base na força e organização dos operários, dos soldados e dos marinheiros, lançou-se no ataque aos exploradores e seus representantes? Exigiu a demissão do VI Governo e a formação de um VII sem nenhum reaccionário? Propôs formas concretas de lutar por esses objectivos? Não!

Os elementos do Secretariado foram a S. Julião «pressionar» o Conselho da Revolução. Perguntamos: esse Conselho é, acaso, menos reaccionário do que o Governo? Não representa os mesmos interesses, as mesmas posições e até, as mesmas pessoas? O VI é ou não obra dos «Nove» que dominam o C.R.? Porque iriam agora desfazer a sua obra? Porque razões se há-de querer que sejam reaccionários a fazer



se consegue uma vitória!...

Conseguir que os trabalhadores ali presentes se prestassem a tais jogadas não foi tarefa fácil. Os militantes do P.C. (que controlavam a aparelhagem sonora) tiveram de usar toda a imaginação. Muitas e complicadas manobras foram executadas. A título de exemplo: antes de Costa Gomes surgir na varanda, os «controleiros» espalharam o boato de que estavam misturados na multi-

questões que as alinham levado. Assim se impediu que fossem exigidas respostas do Presidente da República. E porquê? Com que interesse?

Só no final do discurso os trabalhadores se aperceberam do logro em que tinham caído. Então exigiram em vão: «o Povo quer saber quem fica no Poder!»

O general já ia longe...!

Alguns gritaram «fomos enganados, fomos enganados!» E veio a confirmar-se que assim fora: depois de

5

ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA

Mas se a tática reformista só tem, para dar às massas trabalhadoras, desilusões e derrotas, compete às forças revolucionárias lutar porque se afirme e vingue um projecto alternativo, uma direcção e uma tática que permitam aos explorados deste país lutar pela sua libertação e vencer.

É nesta perspectiva que se reveste de grande importância o manifesto agora divulgado (que publicamos nas centrais) assinado por vários oficiais e que aponta, para a actual crise, a única saída que interessa aos trabalhadores e à luta pelo socialismo — «a constituição de um poder de unidade revolucionária com um programa de



avancar a Revolução?

Vai-se pois pedir aos «Nove» que demitam o seu Governo... claro que assim nem com toda a população do País à porta de Belém

dão retornados que iam assobiar o Presidente. Deste modo conseguiram que toda aquela gente ouvisse em silêncio um discurso que não respondia de maneira satisfatória a nenhuma das

falar às massas «submissas» (leia-se manipuladas) o Presidente voltou a reunião do C.R. que viria a decidir por Vasco Lourenço à frente da Região Militar de Lisboa!

acção assumido publicamente perante as massas populares, tendo como objectivo principal a transferência, tão rápida quanto possível, do poder para os trabalhadores organizados

A RESPOSTA NÃO TARDARÁ!

numa estrutura que culmine na Assembleia Popular Nacional.»

6

**NOVA MANOBR...
NAO PEGA!**

Entretanto os do tal Conselho da Revolução, depois de discutirem longamente qual a melhor maneira de enganar o Povo, decidiram tentar o seguinte: dar o AMI (que não conseguiam constituir...) e admitir a possibilidade de reestruturar o Governo (sem definir como!) em troca da colocação de um homem dos «seus» à frente da Região Militar de Lisboa — Vasco Lourenço.

É evidente a manobra, aliás sempre a mesma: tentar arranjar força de apoio à política reaccionária e repressiva do Governo de Azevedo. Melo Antunes já «afiava o dente», afirmando

ao «Nouvel Observateur» que substituindo alguns comandantes e oficiais progressistas restabeleceria a disciplina. E Jaime Neves oferecia-se, solícito, para as acções que fossem ne-

cessárias.

A resposta foi imediata. Muitos oficiais revolucionários, incluindo comandantes de várias unidades dirigiram-se ao Alto do Duque informando o general

Otelo de que não iriam naquela conversa. E as unidades da RML entravam voluntariamente de prevenção demonstrando desde logo que a decisão do C.R. não será posta em prática. Deste modo os soldados demonstram mais uma vez que estão sempre, sempre ao lado do Povo e da Revolução.

Os SUV e vários plenários de oficiais eram da mesma opinião. A esquadra não recuaria! E Costa Gomes decide suspender a decisão.

A burguesia não entregará o seu poder sem luta. Até ao último minuto tentará manter o seu domínio sobre a classe operária e as massas trabalhadoras.

Mas receberá a resposta adequada. Os revolucionários passarão pelos sacrifícios e utilizarão as formas de luta que forem necessárias. Cada vez mais firmes e conscientes, cada vez mais fortes e organizados, os trabalhadores estão prontos para o combate.

A difinição de um programa revolucionário que permita unir sob a mesma bandeira todos quantos lutam pelo Socialismo, o desenvolvimento do Poder Popular e o seu armamento, são tarefas que estão em marcha e que são a condição decisiva da vitória da Revolução Socialista.

Há todas as razões para (que afirmamos: se não for a bem... irá na mesma!

O VI GOVERNO TEM DE GOVERNAR! POR ISSO OS "COMANDOS. DEVIAM OCUPAR AS EMISSORAS E CORTAR OS LOCUTORES ÀS POSTAS...



7

SE NÃO FOR A I M...

PORTO



as pretensões da burguesia

Perante a ofensiva popular generalizada o Governo reaccionário não hesita em deitar mão de todos os processos para a deter.

Depois de terem tentado em vão a formação de uma força repressiva, o AMI, e de terem apoiado a destruição terrorista da Rádio Renascença — para citar apenas duas de entre as muitas medidas pontuais visando o silenciamento e a repressão das classes trabalhadoras, condição essencial para que a burguesia governe — o VI Governo e os partidos da direita que o integram, PS e PPD, tentam agora mais uma jogada desesperada e golpista: partir o País em dois e atirar o Norte contra o Sul.

Porquê?

Porque perdendo por completo o controlo nas regiões onde a luta dos operários, camponeses, soldados e marinheiros se encontra mais avançada e, onde, portanto, a consciência de classe das massas oprimidas é mais aguda, já só lhes resta o caminho da chantagem. E, para tal, procuram utilizar como factor de pressão determinante o pretenso apoio popular e militar que julgam ter no Norte, não hesitando

mesmo em dar as cartas de um jogo perigoso, o jogo da guerra civil, que inclusivamente abriria as portas a uma intervenção imperialista.

Antes essa intervenção, pensam eles, do que criar condições para que a classe operária tome o Poder. Antes disso do que a Revolução Socialista. Basta lembrar o que o ex-ANP Sá Carneiro disse há dias durante uma conferência de Imprensa sobre o Poder Popular, ao qual se referiu como uma experiência sinistra. Puderam! Sinistra para ele para a burguesia que defende!

Enfim, desesperados, os Soares e Carneiros entram na via original do vale tudo.

O primeiro voltou ao Porto para mais uma manifestação das maiorias. Desta vez, mais histérico do que o habitual, começou por ir ao futebol — onde houve o cuidado de anunciar a sua presença. E o futebol aplaudiu-o. Depois, berrando e gesticulando noite fora, lançou violentos anátemas contra o comunismo e as minorias e anunciou que pegaria em armas. Hélas!, mas afinal quem é que as tem? Finalmente, e depois do tal discurso — algumas

passagens devem ter feito corar de vergonha D. Francisco, o arcebispo de Braga — foi, com as maiorias atrás, fazer uma visita ao amigalhão Pires Velhoso.

Então houve troca de lembranças. De um lado, a garantia da ordem e da disciplina, do outro a oferta de apoio popular para o que for necessário. Tudo em defesa da liberdade, claro. Até uma moção da Região Militar do Norte de apoio ao coronel Jaime Neves.

Só que aqui começou a barraca. Logo no dia seguinte, os militares da ADU do RASP emitiam o seguinte comunicado:

«Militares da ADU do RASP, face ao comunicado da Região Militar do Norte divulgado na Imprensa diária, relativo a uma reunião efectuada entre o comandante da Região Militar e os comandantes das unidades da região, vêm por este meio informar que:

1. Não foi feito na unidade nenhum plenário em que tenha ficado decidido os militares do RASP darem o seu apoio ao comandante do Regimento de Comandos.

2. A tomada de posição do comandante do RASP é

apenas de sua própria responsabilidade e não dos militares do RASP.

3. Lamentam que uma vez mais se tenham feito manobras golpistas nas costas dos soldados, o que prova o tipo de disciplina que os comandos reaccionários do Norte nos querem impôr».

E é isto. De um lado, enganam-se trabalhadores agitando, tal como nos bons velhos tempos, a bandeira do anticomunismo. Do outro, cozinham-se moções reaccionárias em nome de soldados sem lhes dar cavaco. Em qualquer dos casos, é ver a burguesia a ver se arranja carne para canhão para sua guerra civil. Bela democracia a que nos espera se estes cavalheiros levam os seus propósitos por diante!

A tudo isto, que dizemos nós?

A nós compete-nos denunciar e combater estas manobras. E a melhor resposta que podemos dar à burguesia e seus laçaios é organizar-mo-nos e intensificar a ofensiva popular, ou seja, **Reforçar o Poder Popular**. Só assim daremos à burguesia a resposta adequada. E dá-la-emos!

ANGOLA

o reconhecimento da República Popular

O reconhecimento ou o não reconhecimento da República Popular de Angola está a definir uma linha de demarcação a nível mundial, face à ofensiva armada do imperialismo que tem em vista constituir um sólido bastião africano que assegure e reforce o seu domínio ameaçado numa região de importância vital. Perante os novos dados da realidade africana, profundamente alterados pela derrocada do sistema colonial português, o imperialismo, colhido de surpresa em Moçambique, procura resolver a seu favor o processo da independência de Angola. Por isso este tem sido contraditório, por isso desembocou num conflito armado generalizado, por isso o imperialismo teve de recorrer à invasão aberta e descarada.

A tese dos movimentos rivais disputando o poder com avidez é poeira para lançar a confusão A questão é claramente demarcada: trata-se de uma trincheira entre o povo que luta pela sua libertação e as forças que procuram mantê-lo sujeito à opressão e à exploração.

O MPLA, assumindo por inteiro a missão histórica de libertação do povo Angolano, impulsionado pela combatividade das massas populares, arrosta decididamente com os inimigos, rejeitando qualquer tipo de conciliação. **Esta atitude, praticada em circunstâncias difíceis, inaugura uma nova fase na política africana, baseada até aqui em relações de dependência e situações de compromisso** Tal como a noite de 4 de Fevereiro de 1961, em que num acto de igual coragem o MPLA iniciou a luta armada contra o colonialismo português, o 11 de Novembro ficará na História não como a data de uma independência formal, mas como um dia decisivo para a libertação de toda a África.

A partir deste decisivo posto de demarcação, as forças em presença agrupam-se e dispõem-se para uma nova fase da luta. E, para já, uma vitória de primeira importância: **o ressurgimento, agora num contexto totalmente novo, da CONCP** — Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas. Formada em 1961 no início da luta armada, a CONCP, mercê das características específicas da luta em cada território, tinha-se desagregado. Eis que, perante o acto de coragem do MPLA, ela ressurgiu, agora sob a forma de um bloco de nações independentes, solidárias na luta anti-imperialista. E não só no campo político-diplomático; também no da solidariedade activa.

Sangue moçambicano e guinéu voltará porventura a regar o solo angolano. Mas hoje não são as «companhias de infantaria indígena» servindo de carne para canhão contra os seus irmãos de côr nas chamadas campanhas de pacificação. Agora serão voluntários que se batem pela revolução africana e, assim fazendo, pela libertação dos povos e classes oprimidas de todo o mundo.

A exprimir esta linha de demarcação está a questão do reconhecimento da República Popular de Angola As hesitações, porventura as surpresas verificadas a este nível, mostram bem a perturbação que a independência sem concessões proclamada

pelo MPLA veio introduzir na inércia das diferentes posições acomodadas no xadrez africano.

Para além dos países da CONCP, outros proclamaram o imediato reconhecimento, como prova de uma solidariedade política inquebrantável: Rep. Popular do Congo, Argélia, Cuba, Vietname, o conjunto dos países do Leste europeu. Mas há casos de oportunismo, destacando-se o Brasil, cujo apoio ao MPLA pode surpreender. Por um lado, o imperialismo, que dá toda a força aos seus agentes (Zaire, África do Sul, ELP), coloca um peão qualificado no tabuleiro, para o caso da indesejável vitória do MPLA; por outro lado, o Brasil, mercê justamente do seu apadrinhamento, nada teria a perder na eventualidade contrária.

Mas há o grupo dos hesitantes, alguns dos quais rotulados de anti-imperialistas, mas a que os compromissos não permitem uma total liberdade de movimentos. É o caso da Tanzânia, entre outros. E há ainda os que, fazendo de União Soviética o inimigo principal, não hesitam em alinhar — como noutras ocasiões e latitudes — com os opressores e agressores. É o caso da China.



Resta vêr a posição do VI Governo (defunto) e do Conselho dito da Revolução frente ao reconhecimento A sua recusa nada tem de contraditório, nem de dilacerante, como alguns dos seus porta-vozes querem fazer crer. Perante o caso de Angola, todas as máscaras caem, e isto mesmo é compreendido

pelo MPLA veio introduzir na inércia das diferentes posições acomodadas no xadrez africano. Os apregoados campeões da descolonização, desde Soares a Antunes e a Crespo, mostram, para quem não está dentro do processo português, a sua verdadeira face de submissão ao imperialismo. **A nível internacional, as atitudes do Poder em Portugal, têm actuado assim como reveladoras do próprio processo interno, desmistificando as penas terceiro-mundistas com que certos ex-MFA se têm enfeitado** Este desmascaramento é particularmente salutar a nível das ex-colónias, cujos povos estão agora em condições de conhecer melhor a luta que se trava em Portugal.

Entretanto, alguns políticos burgueses ligados ao VI Governo tentam salvar a face, fazendo gala hipocritamente das suas «simpatias» pelo MPLA, como o Secretário de Estado dos Estrangeiros ao dizer que não se poderia justificar o reconhecimento apenas por razões de afinidade ideológica. Ao mesmo tempo, o delegado na ONU faz uma declaração denunciando a presença de tropas sul-africanas em Angola, num momento em que Portugal já nenhuma jurisdição exerce naquele país. Tenta-se assim, com bastante despudor, remediar o criminoso silêncio anterior ao 11 de Novembro, quando o Governo português estava em condições de denunciar a invasão sul-africana (e também a Zaireense) e até convocar uma reunião do Conselho de Segurança, exercendo pressão internacional contra o agressor e reavivando a adormecida questão das sanções à União Sul-Africana.

A verdade é que o VI Governo não estava interessado em colocar obstáculos à invasão ELP mais África do Sul, pois tal invasão ajudava a justificar a sua política de revalidação dos famigerados acordos de Alvor.

Ao mesmo tempo, Antunes, Crespo e ainda outros direitaistas votam a favor do reconhecimento no Conselho da Revolução, sabendo que a nível de Governo tal decisão não passaria de mais uma tentativa de salvar a face, para poderem apresentar-se como interlocutores válidos perante os governos do Terceiro Mundo e das ex-colónias.

Mas em Portugal, como em Angola, as alianças de classe sobrepõem-se a todas as «boas-intenções» e são elas que ditam a prática política. É por isso que os progressos do ELP em Angola são inevitavelmente acolhidos com íntima satisfação no Ministério dos Estrangeiros.

É por tudo isto que são absurdas as tentativas de pressionar o VI Governo e o Conselho da Revolução para que se faça o reconhecimento da República Popular de Angola. Os interesses de classe que estas instâncias defendem e a submissão ao imperialismo daí decorrente não permitiriam tal reconhecimento, enquanto apoio importante (que o seria) à luta travada pelo povo angolano.

Só uma atitude é consequente: **lutar por um Governo revolucionário, que só ele poderá exprimir a aliança contra o imperialismo entre o povo de Angola e as classes trabalhadoras de Portugal, colocando-nos ao lado das nações da CONCP numa posição de solidariedade activa para com o MPLA** O reconhecimento por que interessa lutar é aquele que resultar da luta organizada do povo trabalhador, dos soldados e marinheiros, dos oficiais revolucionários e progressistas, das forças políticas anti-imperialistas, pelo derrube total do VI Governo, com a instauração de um Governo de unidade revolucionária.

O reconhecimento pelo qual nos batemos é o reconhecimento no campo da luta, no quadro de um internacionalismo militante, em termos de aliança frente ao inimigo comum.

Só uma atitude é consequente: lutar por um Governo revolucionário, que só ele poderá exprimir a aliança contra o imperialismo e entre o povo de Angola e as classes trabalhadoras de Portugal, colocando-nos numa posição de solidariedade activa para com o MPLA.

COMUNICADO
CONJUNTO
MES/PRP



Sobre a situação político-militar

1. A suspensão de actividade decidida pelo VI Governo na madrugada de ontem, foi ditada simultaneamente pelo estado de enfraquecimento político-militar em que se encontra e pela necessidade de encontrar espaço de manobra para impor condições. A resposta reformista a esta manobra de direita veio mais uma vez provar que a direcção do P.C. não está disposta a um confronto decisivo com a burguesia, mas sim a negociar com ela, em termos de discussão de lugares e de influências.

Desde os atentados bombistas («legais ou ilegais») até às mais diversas medidas administrativas, o Governo seguirá um caminho, que o pode levar a refugiar-se em zona que considere de confiança e a chamar a intervenção estrangeira.

balhadores, usou a manifestação e os manifestantes como carne para canhão a usar nas negociações e deu um aval ao Presidente da República e às decisões posteriores do Poder.

A mobilização espectacular de trabalhadores feita ontem para Belém contrasta escandalosamente com a resposta que lhes é dada e com os objectivos apontados. A direcção reformista da manifestação e do comício conseguiram provocar um sentimento geral de frustração nos trabalhadores, **que já não estão dispostos a ser deslocados e usados ao belo prazer de objectivos de bastidores.**

A direcção reformista mostrou ontem mais uma vez que não está disposta a um confronto violento com as forças de direita.

ros objectivos táticos e estratégicos.

Na manifestação de quinta-feira passada, dia 20, ao nível da sua condução e direcção, graves acontecimentos se passaram.

A FUR tem dado o seu apoio, embora não poupando críticas, às realizações de massas de orientação progressista, e convocou os militantes das suas organizações e os seus aderentes e simpatizantes para a manifestação de Belém, associando-se ao combate às manobras da burguesia e do seu VI Governo Provisório. Como no local da manifestação se tivesse formado um Secretariado composto pelas organizações que haviam promovido e apoiado aquela realização, a FUR, através dos seus representantes, procurou integrar aquele órgão, a fim de dar o seu contributo à

3. **Apoiamos totalmente os oficiais revolucionários que souberam responder à crise política actual, pela sua tomada de posição no manifesto que acabam de dirigir aos Soldados e Marinheiros, à classe operária e ao povo trabalhador.**

— Saudamos a sua coragem e clarividência política ao recusarem as conciliações de classe, quebrando as amarras em que a estrutura militar os fechava e ao assumirem uma posição política clara, como militantes revolucionários, que não deixa dúvidas a ninguém sobre a sua opção de classe.

— Pela primeira vez neste país, os trabalhadores, os soldados e os marinheiros encontram uma posição firme e pública de oficiais, sobre o armamento dos trabalhadores, como garantia dum novo poder revolucio-

podem haver hesitações, nem lugar para soluções de saída da crise de tipo conciliatório.

Ao avanço das lutas têm correspondido importantes conquistas de posições das forças revolucionárias que só podem encontrar uma saída vitoriosa para a classe operária e o povo trabalhador se for encarada de frente a questão da tomada do Poder.

A missão dos revolucionários nesta fase do processo é fundamentalmente, a de dotar o Poder Popular da direcção política revolucionária e dos meios que lhe permitam vencer as forças reaccionárias que, interna e externamente, se preparam para um golpe mortal nas conquistas fundamentais da classe operária e do povo trabalhador.

Por isso, ao nível de Governo, a única saída que representará um avanço para a luta dos explorados e oprimidos, a única solução que permite bater a contra-revolução é a que consiste na instauração de um governo de unidade revolucionária.

Só tal Governo, constituído a partir das forças políticas e populares revolucionárias, poderá garantir e levar à prática uma política que satisfaça as aspirações mais profundas das massas e unir em aliança estreita todas as classes e camadas sociais exploradas e oprimidas que são o motor da Revolução Socialista.

Mas não é possível que qualquer Governo governe, por um dia sequer, se não se dotar dos instrumentos necessários para fazer valer a sua política aos sectores da burguesia, civil e militar, que desesperadamente procuram, por todos os meios, impôr à classe operária e ao povo trabalhador um regime repressivo de reestruturação do capitalismo e de submissão ao imperialismo.

O Governo de Unidade Revolucionária tem que assentar, pois, na força organizada da classe operária

e dos trabalhadores, do Poder Popular armado em estreita aliança com os órgãos representativos dos soldados e marinheiros nos quartéis e com os oficiais e sargentos revolucionários.

Não há pois saída que seja ao mesmo tempo pacífica e revolucionária para a crise político-militar que o País atravessa.

A opção conciliatória que passa pela ressuscitação do «MFA» através de um compromisso entre as 3 tendências do «MFA», e consequente reformulação do Conselho da Revolução, reformulação do VI Governo com a entrada de mais ministros do PCP e oficiais de «esquerda», pela repartição entre as várias tendências do «MFA» dos postos de Comando nas Forças Armadas, redundará, de novo, num poder que não tendo força nem soluções para resolver os problemas da classe operária e dos trabalhadores, **abrirá mais ainda as portas a uma solução assente na «ordem» e na «disciplina», ou seja, ao fascismo.**

Hoje, mais do que nunca, está claro que só há uma solução que sirva os interesses da classe operária e do povo trabalhador: a solução revolucionária que passa pelo desenvolvimento e aprofundamento da ofensiva popular, armando os trabalhadores, chegando cada vez mais as suas organizações de classe às dos trabalhadores fardados, encetando o caminho do derrube do aparelho de Estado burguês, erguendo novas instituições onde não estejam presentes a conciliação e as hesitações, **um poder revolucionário capaz de levar consequentemente até ao fim o processo da Revolução Socialista.**

O momento é decisivo. Aos soldados, marinheiros, sargentos e oficiais revolucionários cabe manter-se firmes e activos, preparando-se para combater e vencer de vez as forças reaccionárias.



Mas esta suspensão do Governo destina-se também a ganhar espaço político e tempo para vir a impor a medida que considerou como necessária ao exercício do Poder — a **colocação dum homem da sua confiança no Comando da Região Militar de Lisboa.** E ele aí está, proposto e aceite pelo Conselho da Revolução — Vasco Lourenço. Deste modo, o COPCON ficaria com os movimentos tolhidos uma vez que, como é óbvio, não poderia requisitar as unidades e as forças que entenda necessárias para a acção. O Comando do COPCON pode decidir o que quiser, mas o seu cumprimento dependerá do Comando da Região Militar de Lisboa.

E frente a esta manobra da direita, o que fez o reformismo? Mais uma vez, e agora ultrapassando todas as marcas, enganou os tra-

Pelo contrário, está sempre disposta à conciliação; desta vez entendem por bem, dar o seu apoio ao Presidente da República, personagem que tem demonstrado a sua convivência com a direita. Permitiram assim que algumas horas depois o Conselho da Revolução tivesse força para tomar a decisão que há dias tentava impor — a marcação dum novo Comandante da Região Militar de Lisboa, da confiança dos oficiais do «grupo dos 9».

Tudo nos leva a crer que esta cedência foi igualmente cozinhada à mesa das conversações, nas costas dos trabalhadores e nas costas do COPCON.

2. Tal como as classes sociais, também as forças políticas se colocam mais claramente no terreno, pondo a nú os seus verdadei-

condução da manifestação.

O que se passou foi que um membro do Comité Central do PCP, em representação do seu partido no local, impõe que a FUR não participasse naquele Secretariado, evidenciando um ultra-sectarismo a que não são alheias as suas intenções de marginalização da esquerda revolucionária para que melhor possa fazer os seus compromissos com a burguesia e seus laços.

Pactuar com estas manobras é pôr em risco a possibilidade de desenvolver realmente uma efectiva política de unidade revolucionária, pela qual nos temos vindo a bater no sentido de encontrar para este processo uma direcção firme e coesa que não transija em circunstância alguma com a política da conciliação.

nário, apontando para o exército popular revolucionário.

— Reconhecemos nesta tomada de posição um novo impulso ao processo revolucionário.

4. Face à actual situação político-militar em que o Movimento Popular de massas tem manifestado cada vez mais força e capacidade combativa, em que o Poder Popular demonstra ter uma existência real quer ao nível civil quer militar, não

VIVA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA!

SECRETARIADO DA COMISSÃO POLÍTICA DO MES

SECRETARIADO POLÍTICO DO PRP

autoridade e disciplina burguesas?

CAMARADAS SOLDADOS E MARINHEIROS:

1 — As instituições do Poder constituído em Portugal mostram claramente a cada passo o seu carácter burguês. Cada decisão que tomam é mais uma tentativa de restaurar, manter ou reforçar as estruturas típicas da hierarquia tradicional do Exército. É por isso que o VI Governo, ao constituir-se, adoptou como lema «a autoridade»!

2 — Mas será que os revolucionários são anarquistas (anarco-populistas foi o que o Documento dos 9 nos chamava)? Será que os revolucionários não sabem o que é que querem, porque é que lutam? Será que os revolucionários «fazem objectivamente o jogo do fascismo» preparando as condições para o seu regresso? A todas estas perguntas temos que saber dar uma resposta revolucionária.

3 — Dar uma resposta revolucionária significa que ao ponto de vista burguês temos que opor o ponto de vista proletário. Significa:

a) saber destruir a argumentação do inimigo de classe mostrando aos camaradas mais hesitantes qual é o profundo significado reaccionário da argumentação do inimigo e da sua prática. Além disso é necessário mostrar que aquilo que o inimigo propõe apenas visa a continuação da opressão e da exploração mesmo que seja sob novas formas («mais democráticas» ou social democratas).

b) apresentar soluções alternativas

4 — Portanto, para nos apresentarmos ao combate com o inimigo temos que travar com ele uma luta ideológica virada para mostrar qual é a falsidade das suas afirmações.

Mas não chega opor citações dos autores e dos revolucionários de outros tempos ou de outros lugares. Temos que fazer a análise concreta da situação concreta a que nos referimos, seja a actuação de um comandante de Unidade ou de um oficial seja a actuação do Conselho da Revolução.

Dessa análise concluímos se a sua actuação favorece ou, pelo menos, não impede a luta e a organização autónoma dos soldados e dos trabalhadores em geral. Se concluímos que ele é um indivíduo cujo paleio está cheio de «disciplina», que defende a «autoridade» a todo o custo, que diz que, como comandante da unidade, só tem que prestar contas aos seus superiores e não aos soldados que comanda, então é certo que esse indivíduo é reaccionário, que pretende a todo o custo manter a hierarquia burguesa dentro das forças armadas, que jamais aceitará submeter-se aos interesses das classes trabalhadoras na sua luta pelo socialismo. Esse comandante de certeza que, ou manipula a ADU (ex-CIAAC de Cascais, Comandos da Amadora etc.) ou a proíbe mesmo (por ex. R.I. Braga, etc.). Quanto a Comissões de soldados, acham que isso é que nunca!

5 — E pelas Comissões de soldados, órgãos de classe dos soldados, que se trava a nossa luta política imediata. Nas Comissões de Soldados (ver os dois números anteriores do PODER POPULAR), como órgãos autónomos de massa dos soldados que exprimem o nosso poder dentro dos quartéis, os oficiais e comandante não entram nem controlam. Daí a profunda aversão que os reaccionários mostram por elas.

Portanto, esta é a alternativa para as soluções do inimigo: construir os órgãos que exprimem o nosso poder e a nossa vontade. Se nos contentarmos em atacar o inimigo sem passarmos das palavras para os actos, isso acaba por ser recuperado por ele. Só na prática, pondo as coisas em marcha,

é que tudo se torna claro, o inimigo se desmascara e os nossos amigos nos percebem e se juntam a nós.

6 — É aqui que os reaccionários do VI Governo e do Conselho da Revolução mostram o seu carácter de classe, mostram claramente que as ideias que defendem são burguesas, que a disciplina que pretendem é burguesa, que a autoridade que defen-

dem é a autoridade burguesa. A essas ideias nós opomos as ideias das classes trabalhadoras e dos soldados (não ao pré de miséria; transportes gratuitos; não ao RDM fascista; eleição dos oficiais; fim da distinção nos refeitórios, bares e outros privilégios de «casta» dos oficiais; disciplina revolucionária; armamento das classes trabalhadoras organizadas nos seus órgãos de PODER POPULAR. Portanto nós, trabalhadores fardados, não somos anarquistas. Nós simplesmente estamos ao lado das classes trabalhadoras na sua luta contra a exploração e a opressão e muitas vezes o temos mostrado. É isso que faz mandarem-nos para casa de licença registada, é isso que faz passarem à «peluda» cerca de 27 000 homens até 2 de Dezembro (os camaradas para-queidistas de Tancos são apenas um exemplo recente) enquanto tentam criar o exército profissional. É isso que faz com que queiram agora dissolver aquelas unidades que lhes «dão menos confiança»: a PM, o RALIS, a EPSM, a EPAM e RE1, ou o RASP/CICAP

autoridade e disciplina das Comissões de Soldados e de outras formas de organização que procurem defender os nossos interesses, isto é por uma autoridade e disciplina consentida e que sirva para manter a coesão, a união e a força entre os revolucionários. Nós não queremos destruir um Exército qualquer. Nós queremos destruir o exército burguês, PSP e a GNR baseado na participação dos indivíduos por classes, na disciplina e na hierarquia rígida em que cada um é apenas responsável perante os superiores e não perante os inferiores; em que as armas estão separadas do povo para se voltarem contra ele. Nós somos pela construção de umas Forças Armadas revolucionárias, em que as tarefas do comando resultam apenas de uma divisão de tarefas, em que uns têm que fazer umas coisas e outros terão que fazer outras. Em que exército e as polícias, instrumentos repressivos da população, sejam substituídos pelo «Povo em Armas». Por isso somos pelo armamento do PODER POPULAR.

7 — Um acontecimento recente importante foi o aparecimento de um «Manifesto aos Soldados Marinheiros, à classe operária e ao povo trabalhador» assinado por 18 oficiais do Quadro Permanente, posteriormente por alguns outros que com ele concordam, e que vem na linha do chamado Documento dos Oficiais do COPCON. (ver pags. centrais).

Esses oficiais e todos os que se seguirem, podem e devem claramente ser considerados nossos aliados. Ao aceitarem que a «alternativa revolucionária para a crise é a que assenta no papel determinante das massas populares, da classe operária e dos soldados»; ao aceitarem e proporem o reforço e alargamento do poder popular e apontar para a sua expressão ao nível nacional, ao propôr vias para pôr a economia ao serviço do povo trabalhador, ao propor uma política de independência nacional, ao propor o armamento do poder popular, estes oficiais se forem coerentes e consequentes até ao fim, mostram que foram capazes de se libertar do espírito militarista que leva os militares do QP a considerarem-se uma casta.

Estes militares mostraram com este manifesto que deram ou estão em condições de dar o «salto qualitativo» que é necessário para se pôr ao lado do povo trabalhador, dos soldados e marinheiros em luta pelo socialismo. Mostram que aceitam submeter-se aos interesses históricos do proletariado pondo-se ao serviço da sua luta emancipadora.

Camaradas, estes oficiais, se forem coerentes e consequentes, podem contar connosco! Por isso, o primeiro acto com que nós devemos corresponder ao acto deles é promover a discussão e aprovação deste manifesto em todas as unidades militares, desde o pelotão, até ao Plenário de Unidade. Essa é uma das respostas que podemos e devemos dar aos senhores do Conselho da Revolução que nos queiram impingir o cap. Vasco Lourenço, um dos mais activos do Grupo do Documento dos 9, para comandante da Região Militar de Lisboa. Como já sabiam qual seria a nossa resposta, logo desistiram.

Mas nós não desistimos. Nós estamos com o PODER POPULAR armado, aceitamos ao nosso lado e saudamos os oficiais revolucionários, para levar até ao fim a luta pelo socialismo.

VIVA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA

LUTAR ARMAR PODER POPULAR

OPERARIOS CAMPONESES SOLDADOS E MARINHEIROS UNIDOS VENCEREMOS

EM FRENTE PELO EXÉRCITO POPULAR.

NÃO!

dem é a autoridade burguesa. A essas ideias nós opomos as ideias das classes trabalhadoras e dos soldados (não ao pré de miséria; transportes gratuitos; não ao RDM fascista; eleição dos oficiais; fim da distinção nos refeitórios, bares e outros privilégios de «casta» dos oficiais; disciplina revolucionária; armamento das classes trabalhadoras organizadas nos seus órgãos de PODER POPULAR. Portanto nós, trabalhadores fardados, não somos anarquistas. Nós simplesmente estamos ao lado das classes trabalhadoras na sua luta contra a exploração e a opressão e muitas vezes o temos mostrado. É isso que faz mandarem-nos para casa de licença registada, é isso que faz passarem à «peluda» cerca de 27 000 homens até 2 de Dezembro (os camaradas para-queidistas de Tancos são apenas um exemplo recente) enquanto tentam criar o exército profissional. É isso que faz com que queiram agora dissolver aquelas unidades que lhes «dão menos confiança»: a PM, o RALIS, a EPSM, a EPAM e RE1, ou o RASP/CICAP



Por isso, camaradas, nós afirmamos que não somos contra a AUTORIDADE e a DISCIPLINA, contra toda e qualquer forma de AUTORIDADE E DISCIPLINA. Nós somos contra a autoridade e disciplina burguesas! Somos pela autoridade e disciplina REVOLUCIONÁRIAS! Por isso somos contra a autoridade e disciplina do Conselho da Revolução, dos cap. Vasco Lourenço e Sousa e Castro. Mas somos pela